

## Senadores analisam vitória de Dilma e novo cenário político



Sarney e Mercadante consideram resultado histórico, Marina recomenda prudência, Alvaro prevê Congresso submisso e ACM Júnior aposta em mais diálogo

Senadores governistas e oposicionistas comentaram a vitória de Dilma Rousseff (PT) sobre José Serra (PSDB) nas eleições presidenciais. O presidente do Senado, José Sarney, se disse satisfeito por celebrar o fato de o primeiro operário a chegar ao poder, Lula, entregá-lo à primeira mulher eleita presidente. Marina Silva (PV-AC), terceira colocada na disputa, Aloizio Mercadante (PT-SP), Alvaro Dias (PSDB-PR) e Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) também repercutiram o resultado. Confirma ainda a história em quadrinhos mostrando como será a posse presidencial. **3**

Dilma Rousseff, a primeira mulher brasileira eleita presidente da República, comemora a vitória obtida com mais de 55,7 milhões de votos

### Marconi Perillo é eleito governador de Goiás. Em seu lugar, assume Cyro Miranda

Com 52,99% dos votos, o senador Marconi Perillo (PSDB) foi eleito governador de Goiás. É o seu terceiro mandato à frente do Executivo do estado. No Senado, assumirá o primeiro suplente, Cyro Miranda Gifford Júnior, com mandato até 31 de janeiro de 2015. **3**



Marconi Perillo (C) recebeu 52,99% dos votos válidos em Goiás

### Encontro na China deve abrir espaço para acordo sobre clima, diz Serys

Senadora Serys Slhessarenko lidera delegação de quatro parlamentares brasileiros que participa, no próximo final de semana, de fórum internacional na cidade de Tianjin, que abre diálogo para acordo global a partir de 2012. Senador Cícero Lucena também vai à China. **2**

### Simon pede que novo presidente exclua estatais de rateio de cargos

Pedro Simon pediu na sexta-feira que os candidatos à Presidência se comprometessem a não distribuir cargos de direção das estatais aos partidos. Para ele, esses cargos devem ser preenchidos por pessoas de ficha limpa e com comprovada aptidão. **2**

### especial Cidadania



Emenda constitucional facilitou a vida de quem quer se divorciar sem passar pela separação judicial

### Mudança constitucional dobra número de pedidos de divórcio nos cartórios

Desde a entrada em vigor da Emenda Constitucional 66, em julho passado, os cartórios viram os pedidos de divórcio aumentarem 100%, segundo informações do Conselho Notarial do Brasil. A alteração

extinguiu as exigências de prazo de separação judicial e de fato antes que os casais pudessem pedir o divórcio. Se o casal não tem filhos menores, o procedimento agora é simples e rápido. **4**

Senadora representa Congresso brasileiro em encontro na cidade de Tianjin, que vai examinar esboço de entendimento internacional sobre mudanças climáticas para 2012

# Reunião na China pode criar acordo para o clima, diz Serys

ESTABELECE PONTES ENTRE as legislações nacionais e os compromissos internacionais sobre mudanças climáticas é um dos objetivos do fórum conjunto que a Globe International e o Congresso Nacional do Povo da China realizarão em Tianjin, naquele país, de 6 a 8 de novembro.

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), que coordenará o grupo de parlamentares brasileiros no evento, disse que se discutirá um novo enfoque internacional para mudanças climáticas, os compromissos governamentais sobre o tema (com ênfase para o papel de fiscalização dos legisladores) e o conjunto de medidas da China sobre essa questão.

A posição brasileira sobre o clima será exposta por Serys, pelo senador Cícero Lucena (PSDB-PB) e pelos deputados Augusto Carvalho (PPS-DF) e Rebecca Garcia (PP-AM).

Serys anunciou em plenário que a reunião em Tianjin examinará o esboço de um acordo pós-2012 sobre mudanças climáticas. Um dos estudos em pauta,



Serys Slhessarenko coordenará o grupo de quatro parlamentares brasileiros

conforme disse, mapeia toda a legislação sobre mudanças climáticas vigente nas principais economias mundiais e vincula as regras nacionais a esse possível acordo pós-2012.

A Globe International é composta por parlamentares do G-8 (Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão, Rússia, Reino Unido e Estados Unidos) e também do Brasil, China, Índia, México e África do Sul.

## Fundo

Serys destaca entre as contribuições do Brasil para o meio

ambiente a assinatura, em 26 de outubro, do regulamento do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima. Os recursos, assinala, serão aplicados em ações de combate à desertificação e de incentivo às cadeias produtivas sustentáveis, entre outras.

Segundo a senadora, o fundo brasileiro, com previsão de R\$ 226 milhões em 2011, é o primeiro a utilizar recursos provenientes da participação dos lucros da cadeia produtiva do petróleo para financiar ações de mitigação de mudanças climáticas.

## Senadores elogiam a Rádio Senado por prêmio recebido

Os senadores Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) e Serys Slhessarenko (PT-MT) cumprimentaram a Rádio Senado por ter recebido o prêmio FIP Jornalismo para a Tolerância, na categoria rádio, concedido pela Federação Internacional de Jornalismo para a América Latina. A matéria premiada foi *Escravos da esperança – a saga dos bolivianos em São Paulo*, dos jornalistas Celso Cavalcanti e George Cardim.

A premiação será amanhã em Santo Domingo, capital da República Dominicana. Conforme Geraldo Mesquita, a reportagem mostra o sofrimento de cerca de 200 mil bolivianos que sobrevivem em São Paulo. A reportagem disputou o prêmio com dezenas de trabalhos de vários países da América Latina.

– [Quero] parabenizar os profissionais da Rádio Senado e a própria emissora por sua atuação – disse o senador.

## Geraldo Mesquita lamenta mortes de Tuma, Kalume e Kirchner

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) lamentou as mortes de políticos importantes na semana passada, como o senador Romeu Tuma, o ex-senador Jorge Kalume e o ex-presidente da Argentina Néstor Kirchner. Ele também prestou condolências à família do professor José Higino de Sousa Filho, fundador do Sesi e do Senai no Acre.

– Esta foi uma semana fatídica – afirmou.

O senador também fez um relato sobre sua participação na reunião da Comissão de Direitos Humanos do Mercosul, realizada no último dia 22, em Buenos Aires. O evento foi realizado no Centro Cultural Haroldo Conti, antiga Escola da Armada, complexo que foi usado para prisão e tortura de pessoas no período da ditadura militar argentina.

– Em 2004, o então presidente Kirchner desalojou a armada desse complexo, para abrigar organizações ligadas aos direitos humanos. A Argentina



Geraldo Mesquita também relatou participação em reunião do Parlasul

se debruçou sobre uma época, não virou simplesmente uma página. Identificou, puniu, prendeu e condenou torturadores militares que participaram, na ditadura, do extermínio de milhares de argentinos. Nós, aqui no Brasil, por enquanto, fazemos de conta que tudo foi resolvido – opinou.

O senador criticou ainda a campanha dos candidatos à Presidência, por ignorar questões cruciais para o cidadão.

## Simon apela contra rateio de cargos

Pedro Simon (PMDB-RS) fez um apelo aos dois candidatos a presidente da República, para que deixem claro, caso venham a se eleger, o compromisso de blindar os cargos das estatais de distribuição por rateio partidário. Para Simon, são indispensáveis um exame rigoroso do passado ético dos indicados e a certeza de que são aptos para as funções.

José Serra, do PSDB, já manifestou compromisso nesse sentido, traduzido na afirmação de que pretende voltar a “estatizar as estatais”, numa crítica aos critérios atuais de nomeação, disse o senador. No caso de Dilma, do PT, ele disse ser um bom indicador o fato de ela ter contornado o assédio



Pedro Simon pede que candidatos excluam estatais de rateio partidário

de partidos para indicar nomes para funções de direção ou nos conselhos das empresas do setor elétrico quando foi ministra de Minas e Energia, embora tenha perdido o pulso quando passou a chefiar a Casa Civil da Presidência.

– Nomeiem quem vocês quiserem, mas não alguém que não aceitariam para ser padrinho de um filho ou de quem não comprariam um carro usado – aconselhou.

# Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

## Quarta-feira

### Plenário Sessão deliberativa após as eleições

14h O Plenário realiza sessão deliberativa. Os senadores analisam, entre outros itens, proposta de emenda à Constituição que inclui a Caatinga entre os ecossistemas que constituem patrimônio nacional.

### CCT Cadastro de crianças desaparecidas

9h Na pauta da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, projeto que cria o Sistema Nacional de Cadastro de Crianças e Adolescentes Desaparecidos. Em seguida, a CCT analisa 27 projetos de decreto legislativo que autorizam o funcionamento de rádios e TVs.

### CCJ Dedução do aluguel no IR

10h Projeto que permite abatimento, no Imposto de Renda, de despesas de aluguel residencial está entre os 81 itens a serem analisados na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Também na pauta, proposta que torna obrigatória a fabricação de bicicletas com equipamentos de segurança.

### CAS Política Nacional de Medicamentos

11h A Comissão de Assuntos Sociais examina projeto que institui a Política Nacional de Medicamentos. Outra proposta cria o décimo-terceiro salário para professores da rede pública.

## Quinta-feira

### CDR Isenção de IPI beneficia Amazônia

10h Produtos fabricados na Amazônia Ocidental, com matéria-prima de origem regional, poderão ser isentos do Imposto sobre Produtos Industrializados. É o que estabelece projeto a ser examinado na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

**SESSÃO ONLINE:** a íntegra dos pronunciamentos publicados no **Jornal do Senado** pode ser lida no endereço [www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp](http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp)

## MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney  
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo  
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko  
1º Secretário: Heráclito Fortes  
2º Secretário: João Vicente Claudino  
3º Secretário: Mão Santa  
4º Secretário: Patrícia Saboya  
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra  
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

## PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de sexta-feira do Senado Federal foi presidida por Serys Slhessarenko • Geraldo Mesquita Júnior

## SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita  
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

## AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sílvia Gomide  
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira  
Site: [www.senado.gov.br/agencia](http://www.senado.gov.br/agencia)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

# JORNAL DO SENADO

## Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333  
Editor-chefe: Flávio Faria  
Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes  
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves  
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle  
Reportagem: Cintia Sasse e Rafael Faria  
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino  
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez  
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333  
Site: [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137  
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

## Marconi é o quinto senador eleito governador

Com a eleição de Marconi Perillo (PSDB) para o governo de Goiás, no domingo, subiu para cinco o número de senadores escolhidos para governar seus estados. O tucano era o único senador na disputa do segundo turno.

No primeiro, já haviam sido eleitos a senadora Rosalba Ciarlini (DEM) para governadora do Rio Grande do Norte e os senadores Raimundo Colombo (DEM) para Santa Catarina, Renato Casagrande (PSB) para o Espírito Santo e Tião Viana (PT) para o Acre.

Marconi Perillo exercerá seu terceiro mandato de governador. Ele recebeu 52,99% dos votos (1.551.132), contra 47,01% (1.376.188) de seu adversário, Íris Rezende (PMDB). O senador já governou Goiás em dois mandatos consecutivos, de 1998 a 2006, quando foi eleito para o Senado. Desde 2009, é o 1º vice-presidente da Casa.

Em janeiro, quando Perillo toma posse, o primeiro suplente, Cyro Miranda Gifford Júnior (PSDB), assumirá o cargo no Senado para os quatro anos restantes do mandato. Outras oito disputas completaram o segundo turno nos estados e DF (veja quadro).

NOVE GOVERNADORES ELEITOS		
AL	<b>Teotônio Vilela Filho (PSDB)</b>	<b>52,74%</b>
	Ronaldo Lessa (PDT)	47,26%
AP	<b>Camilo Capiberibe (PSB)</b>	<b>53,77%</b>
	Lucas Barreto (PTB)	46,23%
DF	<b>Agnelo Queiroz (PT)</b>	<b>66,10%</b>
	Wesliam Roriz (PSC)	33,90%
GO	<b>Marconi Perillo (PSDB)</b>	<b>52,99%</b>
	Iris Rezende (PMDB)	47,01%
PA	<b>Simão Jatene (PSDB)*</b>	<b>55,76%</b>
	Ana Júlia Carepa (PT)*	44,24%
PB	<b>Ricardo Coutinho (PSB)</b>	<b>53,70%</b>
	José Maranhão (PMDB)	46,30%
PI	<b>Wilson Martins (PSB)*</b>	<b>58,89%</b>
	Silvio Mendes (PSDB)*	41,11%
RO	<b>Confúcio Moura (PMDB)</b>	<b>58,68%</b>
	João Cahulla (PPS)	41,32%
RR	<b>Anchieta Júnior (PSDB)</b>	<b>50,41%</b>
	Neudo Campos (PP)	49,59%

\* Resultados oficiais do TSE até as 23h do dia da votação

# Senadores repercutem vitória de Dilma e analisam novo cenário

Uma vitória histórica que demonstra a solidez da democracia. Assim reagiu o presidente do Senado, José Sarney, à vitória de Dilma Rousseff (PT) para presidir o Brasil pelos próximos quatro anos. Sarney se disse satisfeito pelo fato de o primeiro operário a chegar ao poder entregá-lo à primeira mulher presidente.

A senadora Marina Silva (PV-AC) prometeu contribuir com propostas e críticas construtivas. Ela aconselhou a presidente eleita a governar com simplicidade e sagacidade. Marina disputou a Presidência e terminou em terceiro lugar com quase 20% dos votos válidos – resultado responsável pela realização do segundo turno.

Aloizio Mercadante (SP), líder do PT, vê um fato histórico que representa uma mudança cultural e política de grande profundidade no país. Por sua vez, Alvaro Dias (PSDB-PR) declarou que o resultado não favorece a independência do Congresso, enquanto Antonio Carlos Júnior (BA), líder do DEM, acredita que Dilma terá de negociar mais com o Legislativo.



SARNEY



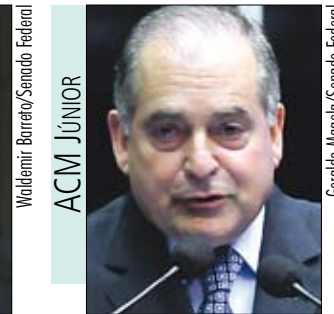
MARINA SILVA



MERCADANTE



ALVARO DIAS



ACM JÚNIOR

## Sarney: resultado mostra solidez da democracia

O presidente do Senado, José Sarney, considerou a vitória de Dilma Rousseff fato histórico e a comprovação de que o Brasil se encontra entre as democracias mais sólidas do mundo. Para ele, a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva, oito anos atrás, e agora a de uma mulher fecham um ciclo que revela ser o Poder Executivo no país acessível a qualquer brasileiro.

– Estou muito satisfeito, muito feliz com esta vitória. Cem anos depois de instalada a República, o primeiro operário a chegar ao poder no Brasil entrega o governo à primeira mulher eleita para exercê-lo. Para Sarney, se um metalúrgico pôde chegar ao Palácio do Planalto e governar durante oito anos sem que o país sofresse ameaça de retrocesso institucional, a chegada de Dilma ao poder, quando há algumas décadas as mulheres nem podiam votar, deve ser celebrada.

## Dilma deve ser simples e sagaz, diz Marina Silva

A senadora Marina Silva (PV-AC) parabenizou Dilma Rousseff (PT) por ter sido eleita a primeira presidente na história do Brasil. Marina disse que Dilma, para governar, deverá ter a “simplicidade das pombas e a sagacidade das serpentes”, citando uma passagem da Bíblia (Mateus 10:16).

Marina se disse feliz por viver em um país onde o povo teve a “sábua prudência” de levar a eleição para o segundo turno. Dessa forma, afirmou, os candidatos tiveram que passar duas vezes pelo crivo do eleitorado. – É a beleza do regime democrático – ressaltou Marina, que desejou boa sorte a Dilma. Ela afirmou ainda que buscará contribuir com propostas e críticas construtivas, colocando-se a serviço do país.

Candidata a presidente nestas eleições, a senadora ficou em terceiro lugar na votação, atrás de Dilma e José Serra (PSDB).

## Mercadante: continuidade do governo Lula

“Dilma Rousseff tem tudo para fazer um grande governo”, afirmou o líder do PT, senador Aloizio Mercadante (SP). Para ele, Dilma, pela competência, tem todas as condições para dar continuidade às mudanças implementadas pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

– Teremos uma grande oportunidade de aprofundar as mudanças do governo Lula, que tirou 28 milhões de pessoas da pobreza – disse. Quanto ao novo Congresso, Mercadante prevê maior facilidade no trato com o Executivo.

– O Legislativo continuará sendo um poder independente, mas a base do governo sai fortalecida, as bancadas dos partidos saem ampliadas. O Congresso continuará a debater e aprimorar as propostas do Executivo, mas em um clima mais tranquilo do que houve durante o governo Lula – prevê o senador.

## Congresso será submetido, prevê Alvaro Dias

Durante participação em programa da BandNews, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) disse no domingo lamentar que, com a vitória de Dilma Rousseff, o Congresso não será independente do Executivo.

– Com Dilma, esse Congresso não deve deixar de ser submetido. Eu não tenho grandes esperanças – ressaltou.

Segundo o senador, houve uso da máquina do estado em favor de Dilma Rousseff. O governo, afirmou, aparelhou o estado durante longo tempo, o que teve “um peso monumental na campanha eleitoral”. Ao analisar a propaganda eleitoral, Alvaro Dias defendeu mudanças na legislação para valorizar “o conteúdo, a qualidade e o talento daqueles que postulam o cargo público”.

– Por que não transformar o horário eleitoral em debate entre os candidatos? – sugeriu.

## ACM Júnior: Dilma terá de negociar

O líder do DEM no Senado, Antonio Carlos Júnior (BA), disse no domingo que, apesar de o governo ter ampliado sua base, Dilma Rousseff terá de negociar mais com o Congresso. Isso porque não tem a força política do presidente Lula e, na discussão de um novo pacto federativo, os parlamentares vão se orientar mais pelo interesse de seus estados do que pelo de suas legendas.

O senador avaliou que a reforma política e o pacto federativo – que incluía a reforma tributária – serão os dois temas mais importantes na agenda do Congresso a partir de 2011.

Para ele, o Senado tem a obrigação de votar até o final deste ano os projetos de novo Código de Processo Civil (CPC) e novo Código de Processo Penal (CPP). “Ficaria muito ruim para o Senado ter feito um trabalho dessa envergadura e não votar [ainda em 2010]”, afirmou.

**eleição acabou, mas a posse é só em janeiro**

OLHA, VOVÔ, O RESULTADO JÁ SAIU!

MUITO BEM. PARABÉNS À NOVA PRESIDENTE. AGORA É SÓ AGUARDAR A POSSE.

UÉ, JÁ NÃO É PRESIDENTE A PARTIR DE HOJE? TEM QUE ESPERAR MAIS?

TODO PRESIDENTE INICIA O MANDATO NO DIA 1º DE JANEIRO, E HÁ TODA UMA CERIMÔNIA PARA ESSE EVENTO TÃO IMPORTANTE.

O SENHOR SABE COMO É?

CLARO. EU JÁ ASSISTI UMA VEZ.

EU ESTAVA NO GRAMADO DO CONGRESSO NACIONAL, ESPERANDO PELO PRESIDENTE RECÉM-ELEITO E O SEU VICE, QUE CHEGARAM EM CARRO ABERTO.

NA RAMPA DO CONGRESSO, ELAS FORAM RECEBIDAS PELOS PRESIDENTES DO SENADO E DA CÂMARA.

LÁ DENTRO, NO PLENÁRIO, OS NOVOS GOVERNANTES FIZERAM UM JURAMENTO, ASSINARAM O TERMO DE POSSE E OUVIRAM O HINO NACIONAL.

O SENHOR VIU ISSO TAMBÉM?

NÃO, NÃO. ESSA PARTE É RESTRITA A SENADORES, DEPUTADOS, CHEFES DE ESTADO E CONVIDADOS.

DEPOIS DE FAZER UM DISCURSO, O NOVO PRESIDENTE SAIU DO CONGRESSO E OUVIMOS O HINO NACIONAL SEGUIDO DE UMA SALVA DE 21 TIROS DE CANHÃO.

ANTES DE IR RECEBER A FAIXA PRESIDENCIAL NO PALÁCIO DO PLANALTO, ELE AINDA RECEBEU SAUDAÇÕES DO BATALHÃO DA GUARDA PRESIDENCIAL, DO EXÉRCITO, DA MARINHA E DA AERONÁUTICA.

HMM? POR QUE ISSO?

PORQUE O PRESIDENTE DA REPÚBLICA TAMBÉM É COMANDANTE-EM-CHEFE DAS FORÇAS ARMADAS.

NOSSA! UM CARGO TÃO IMPORTANTE MERECE MESMO ESSA FESTA!

Mudança na Constituição, em vigor desde julho, dispensou exigências para o fim do casamento civil, trazendo economia e rapidez ao processo

# Após Emenda 66, pedidos de divórcio direto crescem 100% nos cartórios

ECONOMIA DE TEMPO e dinheiro são os méritos da Emenda Constitucional 66, que desde julho permite a dissolução do casamento civil diretamente pelo divórcio, sem necessidade de prévia separação judicial por mais de um ano ou de comprovada separação de fato por mais de dois. Aliada à permissão de os cartórios realizarem os divórcios consensuais (Lei 11.441/07), a emenda facilita a vida de quem quer pôr fim à união.

Nos quase quatro meses de vigência da emenda, os cartórios passaram a receber bem mais pedidos de divórcio. O Colégio Notarial do Brasil (CNB) fala em

crescimento acima de 100%. Segundo o presidente da entidade, José Flávio Bueno Fischer, aumentaram tanto os divórcios diretos quanto as conversões de separação em divórcio.

— Os interessados não precisam mais se sujeitar aos prazos antes previstos na legislação nem dependem de uma separação prévia para depois se divorciarem. Assim, simplificou-se a vida do cidadão, além de se propiciar a economia de um ato, agora dispensado — explica Fischer.

Assessora jurídica do CNB, a advogada Karin Regina Rick Rosa vem observando, desde o

início das separações em cartório, uma posição menos interventiva do Estado nas questões relativas à família.

## Vara de família

Enquanto nos cartórios o aumento do número de divórcios foi expressivo, nas varas de família — onde se realizam divórcios litigiosos ou de famílias com filhos menores de 18 anos ou incapazes, mesmo se consensuais — a grande diferença foi a redução do tempo de tramitação dos processos.

A juíza substituta da 3ª Vara de Família de Brasília, Maria Graziela Barbosa Dantas, atribui

a maior rapidez ao fim da exigência de se comprovar a separação de fato por mais de dois anos. Ela considera um avanço a simplificação do processo e discorda das críticas de quem teme a banalização do divórcio.

— A facilidade do procedimento judicial, por si só, não tem o condão de estimular dissoluções de casamentos — sustenta.

Os representantes do CNB também defendem essa linha de raciocínio. Para Karin Rick, a emenda não incentiva o rompimento de relações afetivas, porque não é a lei que obrigará, ou não, as pessoas a permanecerem juntas.

## Emenda gera polêmica sobre separação

O Senado poderá contribuir para solucionar a polêmica que surgiu com a Emenda Constitucional 66. A simplificação no rito do divórcio eliminou ou não a separação do ordenamento jurídico brasileiro? O projeto de reforma do Código de Processo Civil (PLS 166/10), em análise por uma comissão de senadores, poderá adequar o novo texto à mudança constitucional.

O senador Valter Pereira (PMDB-MS), relator-geral do projeto de reforma do CPC, está preocupado em fazer esses ajustes, inclusive no Código Civil, já sugeridos pelo Ministério da Justiça, segundo informações de Luiz Henrique Volpe Camargo, que assessora o senador. Se isso ocorrer, os dispositivos relativos à separação seriam removidos dos códigos Civil e de Processo Civil.

Por enquanto, há três linhas de interpretação entre os juristas. Enquanto uma corrente acredita ter havido a extinção do instituto da separação, as outras duas consideram, com ligeiras diferenças, que a separação ainda é um recurso possível para os casais. Alinham-se a esse último entendimento o consultor-geral do Senado, Bruno Dantas, e o presidente do CNB, José Flávio Bueno Fischer. Eles estão convencidos de que a separação permanece no ordenamento jurídico, porém não mais como requisito para o divórcio. Seria uma opção dada ao casal que decide não mais viver junto, mas ainda não está seguro se quer encerrar o casamento.

— A aprovação da Emenda 66 é positiva por ter reduzido a intervenção do Estado na vida privada das pessoas. Mas, como casamento é coisa séria, é importante que permaneça o instrumento da separação como um meio termo para os casais usarem num momento de crise conjugal, sem representar, no entanto, a dissolução de todas as relações estabelecidas pelo casamento — argumenta Bruno Dantas.

Para o presidente do CNB, a separação persiste na legislação como um “período de teste” para quem quer desfazer a sociedade conjugal. Assim, as partes fariam a partilha de bens adquiridos durante o casamento e romperiam com os deveres de coabitação e fidelidade recíproca, mas teriam um tempo para amadurecer a ideia de partir, ou não, para o divórcio.

## CNJ reorienta cartórios sobre nova legislação

A Emenda Constitucional 66 fez o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) reorientar os cartórios que emitem escrituras públicas de separação e divórcio consensuais.

Por meio da Resolução 120/10, o CNJ revogou o artigo 53 da Resolução 35/07, que regulava o lapso temporal de dois anos de separação de fato para a realização do divórcio. Como o requisito de separação prévia para encerrar o casamento desapareceu com a emenda, essa contagem de prazo tornou-se desnecessária.

A outra alteração ocorreu no artigo 52. A emenda permitiu aos cônjuges separados judicialmente converter a separação judicial ou extrajudicial em divórcio diretamente no cartório. E ainda os dispensou da apresentação de certidão atualizada do processo judicial, bastando a averbação da separação na certidão de casamento.

Ao eliminar a exigência de prévia separação judicial por mais de um ano ou de separação de fato por mais de dois anos para acabar com o casamento, a emenda abriu a possibilidade de se dissolver essa união civil diretamente pelo divórcio.

O CNJ considerou necessário afastar qualquer dúvida sobre a aplicação da lei que deu aos cartórios o poder de reconhecer o divórcio (Lei 11.441/07). Ela foi editada para tornar mais rápido e econômico o processo de dissolução do casamento civil, além de ajudar a descongestionar a Justiça. Os ajustes promovidos na Resolução 35/07 foram pedidos pelo Instituto Brasileiro de Direito de Família.

### Fique por dentro

**CONHEÇA AS REGRAS DO DIVÓRCIO**

Só é possível fazer o **divórcio em cartório** se as partes estiverem de acordo quanto ao fim do casamento e não tiverem filhos dessa relação ou, se tiverem, eles devem ser maiores de 18 anos e capazes. Caso contrário, o processo tramitará na Justiça.

As partes precisam ir ao cartório acompanhadas pelo **advogado** ou **defensor público**. Se não puderem contratar um advogado, o tabelião deverá recomendar que procurem a defensoria pública ou a seccional da Ordem dos Advogados do Brasil.

Se passarem uma **procuração específica** para representante legal, as partes não precisam ir ao cartório. A procuração só é válida por 30 dias.

A **escritura** será gratuita para o casal que se declarar pobre, mesmo se tiver contratado advogado.

A escritura de separação ou divórcio consensual lavrada em cartório conterá a descrição e a partilha dos **bens** comuns, os termos de uma eventual pensão alimentícia e do acordo quanto à retomada do nome de solteiro pelo cônjuge ou à manutenção do nome adotado quando se deu o casamento. Esse documento não precisa ser validado pela Justiça.

**O QUE VOCÊ PRECISA LEVAR PARA O CARTÓRIO**

- Documento de **identidade** oficial e **CPF**.
- Certidão de **casamento**.
- Pacto antenupcial**, se houver.
- Certidão de **nascimento** ou outro documento de **identidade** oficial dos filhos comuns e absolutamente capazes, se houver.
- Certidão de **propriedade** de bens imóveis e direitos a eles relativos.
- Documentos necessários à comprovação da **titularidade** dos bens móveis e direitos, se houver.

### Saiba mais

**Colégio Notarial do Brasil**  
[www.notariado.org.br](http://www.notariado.org.br)

**Emenda Constitucional 66**  
[migre.me/1RbGP](http://migre.me/1RbGP)

**Lei 11.441, de 4 de janeiro de 2007**  
[migre.me/1Rblc](http://migre.me/1Rblc)

**Resoluções do Conselho Nacional de Justiça 35/07**  
[migre.me/1RbJi](http://migre.me/1RbJi)

**Lei 120/10**  
[migre.me/1RclT](http://migre.me/1RclT)

**Lei 6.515/77 (Lei do Divórcio)**  
[migre.me/1RbKU](http://migre.me/1RbKU)

**Instituto Brasileiro de Direito de Família**  
[www.ibdfam.org.br](http://www.ibdfam.org.br)



## IBGE já havia constatado impacto da lei de 2007

O impacto da simplificação no processo de divórcio já foi medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 1998, estimou-se que 1,1% dos casamentos formalizados terminou em divórcio. Esse índice chegou a 1,5% dez anos depois, o maior percentual do período. O crescimento foi identificado no levantamento *Estatísticas do Registro Civil 2008*, divulgado um ano após a publicação da Lei 11.441/07, que alterou o Código de Processo Civil (CPC) para permitir que separação e divórcio consensuais fossem feitos em cartório.

Segundo esse estudo, os divórcios realizados em cartório e aqueles decididos pela Justiça, sem recurso, totalizaram 188.090 procedimentos em 2008. Desse montante, 181.456 envolveram cônjuges com 20 anos ou mais de idade, faixa que experimen-

tou um crescimento de 4,6% em relação ao ano anterior. O IBGE atribuiu esse comportamento não só à edição da Lei 11.441/07, mas também à maior aceitação do divórcio pela sociedade brasileira e à ampliação do acesso aos serviços judiciais.

O crescimento de divórcios foi observado em todos os estados de 1998 a 2008. Nesse último ano, o IBGE constatou que o volume de divórcios realizados após dois anos de separação de fato representava 70,1% do total de divórcios por escritura pública ou concedidos, sem recurso, pela Justiça. Já os concretizados após um ano da separação formal alcançaram a proporção de 29,8% em 2008.

A maior parte das separações judiciais concedidas sem recurso e formalizadas em cartório, em 2008, foi consensual (76,2%).